



**PERCEPÇÕES SOCIAIS SOBRE A DIMENSÃO DOS ESTUDOS  
JURÍDICOS DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM  
ESTUDO INTEGRATIVO**

**Pablo Sthefano Roque de Souza Bandeira<sup>1</sup>, Elisa Raquel Sousa Pereira<sup>2</sup>,  
Ítalo Felipe Guilherme Almeida Prado<sup>3</sup> Camile Silva Pinheiro<sup>4</sup>**

**Resumo:** A violência é um fenômeno complexo praticado por indivíduos contra outros indivíduos, manifestando-se diversificadamente de forma negativa no contexto social, de saúde e humanístico das vítimas. O abuso sexual perfaz uma prática cruel por atrelar outros modos de violência, onde as crianças, por serem mais vulneráveis, são as mais acometidas. As leis e Resoluções brasileiras remetem o espelho da evolução das ações de enfrentamento, através da construção histórica da violência sexual infantil e da Constituição Federal que norteia e alicerça os processos de cuidado a criança. Objetivou-se descrever as resoluções constitucionais nas situações de violência sexual na infância, identificando os principais processos de violência sexual e suas leis de enfrentamento. Trata-se de um estudo integrativo da literatura com cunho de pesquisa quantitativa e pontuais abordagens qualitativas realizadas nas bases de dados *Jus Brasil*, *Google Scholar* e *Scielo*, no período de julho a outubro de 2022, obedecendo a critérios de inclusão e exclusão escritos nos últimos cinco anos exclusivamente brasileiros. Utilizou-se individualmente cada descritor, com corte temporal, para cada base de dados, obtendo um significativo número de produções descritas nas Tabelas 1, 2 e 3. Após refinamento e utilização dos 3 descritores, obteve-se, conforme Tabela 4, um número de 14.645 produções. Adicionado o critério dos estudos nacionais, o resultado amostral totalizou 87 artigos, configurando uma redução importante. Com isso, conclui-se que é válido o estímulo de estudos os quais influenciem o correto processo de combate à

---

1 Mestrando em Economia Aplicada. Universidade Federal do Ceará – UFC/CAEN. E-mail: bandeiraroque@gmail.com

2 Bacharel em Direito. Universidade Regional do Cariri. E-mail: elisaraquelsp@gmail.com

3 Mestrando em Economia Aplicada. Universidade Federal do Ceará – UFC/CAEN. E-mail: italofelipe@alu.ufc.br

4 Mestrando em Economia Aplicada. Universidade Federal do Ceará – UFC/CAEN. E-mail: cmlspinheiro04@gmail.com.

# VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

## Semana de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



violência sexual infantil e que as Leis sejam cumpridas para proteção das crianças.

**Palavras-chave:** Direito Constitucional; Violência Sexual Infantil; Direitos da Criança e ao Adolescente.

### 1. Introdução

A violência é um fenômeno complexo, polissêmico e controverso, perpetrada por indivíduos contra outros indivíduos, podendo manifestar-se de várias maneiras e aspectos, assumindo características próprias no âmbito social, religioso, político e cultural, e possuir uma expressão concreta com diferentes meios de coerção e dominação para se alcançar um objetivo (RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004).

Para Martins (2009), a violência pode ser considerada como uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Dentre os diversos tipos de violência, todos são considerados um problema de saúde pública, sendo a violência sexual (VS) uma das mais perversas por associar outros tipos de violência, oprimir e subjugar a vítima, acarretando consequências desastrosas, principalmente para as crianças e adolescentes, estando presente nas diversas classes sociais, acarretando diminuição da qualidade de vida individual e coletiva, bem como desestrutura de personalidade (MELO; SOARES; BEVILACQUA, 2022).

A violência sexual pode ser definida por uma tentativa de contato físico ou prática de sexo forçado, onde a vítima esteja em uma situação humilhante ou degradante, não implicando apenas a introdução do pênis na vagina ou ânus, e que acarrete sequelas negativas ao longo da vida. (SILVA et al., 2020).

A infância perfaz o tempo da vida compreendido entre o nascimento até os doze anos de idade, onde se reflete um período crucial do desenvolvimento humano, necessitando de condições específicas e adequadas para uma evolução saudável e plena (BRASILIA, 2013),

Os direitos e reconhecimentos da condição da criança e direitos da infância são fatos recentes no Brasil e no mundo, desenham-se como um aspecto de construção social caracterizada pela necessidade de reconhecimento e das dificuldades para sua validação e concretização (ANDRADE, 2010).

A violência sexual é considerada uma das mais desastrosas no que diz respeito à violação dos direitos humanos. Cada vez mais crianças são violentadas e o perfil do agressor varia de acordo com a região, condição social e crenças (AZAMBUJA, 2006).

# VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

## Semana

### de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



A motivação pelo tema da pesquisa se deu pela percepção do crescente número de notícias relacionadas à violência sexual em crianças apresentadas nos noticiários, estas atreladas, muitas vezes, as situações de impunidade e contínua exposição da criança aos riscos, como também a frequente entrada em uma unidade hospitalar de crianças com suspeita de estupro.

Em meio a tantas leis e políticas sociais que visam proteger a criança e ao adolescente, norteiam-se os seguintes questionamentos: quais são as percepções sociais sobre a dimensão dos estudos jurídicos de situações de violência sexual infantil?

## 2. Objetivo

O objetivo geral pode ser definido pela necessidade de descrever as resoluções constitucionais nas situações de violência sexual na infância através de um estudo integrativo, enquanto os objetivos específicos são, respectivamente: Demonstrar o panorama do marco histórico da violação dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988; Identificar os principais processos de violência existentes através de uma pesquisa bibliográfica integrativa; Citar as manifestações legislativas que versam sobre a proteção de vítimas de violência sexual infantil a partir de Emendas Constitucionais e Resoluções Normativas.

## 3. Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura que, segundo Sousa et al. (2009), é caracterizada através de uma pesquisa científica que integra argumentos próprios sobre um tema explicitado e precedentemente definido usando um ou mais bancos de dados, sejam eles oriundos de pesquisas bibliográficas relevantes dentro desse âmbito, sejam eles obtidos através de análises documentais. Ainda segundo o autor, a característica que torna esse tipo de pesquisa extremamente pertinente é a possibilidade de debates amplos e que objetivam resultados de caráter crítico e extensivo acerca do determinado tema.

A coleta de dados se deu no período de julho a outubro de 2022, utilizando-se três bases de dados distintas, resultantes de uma pesquisa prévia, com a primeira separação da fonte dos dados colhidos. De tal forma, identificou-se, pela especificidade da pesquisa, que muitas bases de dados durante a pesquisa, não continham nenhum documento sobre a temática, diante da situação, ressalta-se que as bases aqui destacadas apresentaram pelo menos um artigo relacionado ao assunto.

Ainda é possível constatar que as bases de dados vão desde as específicas dos campos do Direito quanto aos campos gerais da Ciência, não se limitando exclusivamente a uma área, mas ainda respeitando o fato de que as palavras-chave foram as mesmas em todas as plataformas e seguiu-se a

# VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

## Semana

### de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



formulação dos Descritores em Direito apresentados pela plataforma do Senado Federal. Essas sendo: **Direito Constitucional, Violência Sexual Infantil e Direitos da Criança e ao Adolescente.**

#### 4. Resultados

As tabelas a seguir demonstram as bases de dados e o quantitativo de artigos encontrados.

**Tabela 01 – Resultados obtidos através da pesquisa da palavra-chave “Direito Constitucional” com corte temporal de 2017-2022.**

Diretórios	Nº de Artigos	%
Repositório Institucional de Doutrina da Plataforma JusBrasil	347	0,80
Repositório do Google Scholar	42.400	98,66
Repositório da SciELO	235	0,54
<b>TOTAL</b>	<b>42.982</b>	<b>100.00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa – Elaboração Própria (2022).

Como é possível observar pela tabela acima, a quantidade de artigos encontrados nas plataformas e seus respectivos repositórios através da palavra-chave “Direito Constitucional” apresenta um caráter quantitativo de nível satisfatório, somando, nas quatro plataformas pesquisadas, cerca de 42.982 (quarenta e dois mil e novecentos e oitenta e dois) artigos sobre o tema. Empiricamente, é possível observar que a quantidade de artigos encontrada a nível mundial representa uma questão positiva acerca da comunidade científica e seu empenho em trazer determinada temática para uma discussão ampla.

**Tabela 02 – Resultados obtidos através da pesquisa da palavra-chave “Violência Sexual Infantil” com corte temporal de 2017-2022.**

Diretórios	Nº de Artigos	%
Repositório Institucional de Doutrina da Plataforma JusBrasil	117	0,68
Repositório do Google Scholar	16.900	98,88
Repositório da SciELO	74	0,44
<b>TOTAL</b>	<b>17.091</b>	<b>100.00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa – Elaboração Própria (2022).

Seguindo o exemplo da tabela anterior, a palavra-chave “Violência Sexual Infantil” também apresenta resultados satisfatórios, uma vez que a soma dos artigos encontrados nas plataformas selecionadas apresentou cerca de 17.000 (dezessete mil) artigos. Nessa situação, é importante lembrar, também, que o tamanho da base de dados apresentada nessas tabelas tende a uma diminuição por conta dos outros elementos que também serão adicionados a metodologia, tais como os tópicos de inclusão e exclusão.

# VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

## Semana

### de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



**Tabela 03 – Resultados obtidos através da pesquisa da palavra-chave “Direitos da Criança e do Adolescente” com corte temporal de 2017-2022.**

Diretórios	Nº de Artigos	%
Repositório Institucional de Doutrina da Plataforma JusBrasil	563	3,30
Repositório do Google Scholar	16.400	96,15
Repositório da SciELO	92	0,55
<b>TOTAL</b>	<b>17.055</b>	<b>100.00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa – Elaboração Própria (2022).

A terceira tabela apresentada mostra os resultados da pesquisa selecionada nos repositórios com a palavra-chave “Direitos da Criança e do Adolescente” e apresenta um resultado quantitativo de grande porte, uma vez que a soma de todos os artigos encontrados chega a 17.000 (dezessete mil) artigos. Esse resultado, em partes, se dá por conta de outras pesquisas que, fora do assunto determinado, também trabalham com formas de legislação ou determinações que estão intrínsecas ao processo do tema apresentado.

## 5. Conclusão

A tabela abaixo (TABELA 5) apresenta, elencando de forma clara e objetiva, conforme seguem descritos nos artigos analisados os resultados encontrados na pesquisa, visto a análise sucinta dos dados mediante objetivos propostos.

**Tabela 05 – Resultados obtidos através do cruzamento das palavras-chave “Direito Constitucional”, “Violência Sexual Infantil” e “Direitos da Criança e do Adolescente” com o corte temporal de 2017-2022 apenas em Língua Portuguesa e obedecendo aos Critérios de Inclusão e Exclusão.**

Diretórios	Nº de Artigos	%
Repositório Institucional de Doutrina da Plataforma JusBrasil	14	16,10
Repositório do Google Scholar	61	70,11
Repositório da SciELO	12	13,79
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>100.00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa – Elaboração Própria (2022).

De acordo com o descrito na tabela acima, pode-se observar que o quantitativo de artigos encontrados no final da pesquisa, totalizando 87, é de salutar relevância, visto a caracterização dos descritores os quais são, especificamente, da área do Direito, não obstante os produtos da busca obedeceram ao mesmo seguimento, visto que são produções pertencentes a outras áreas, como a saúde, por exemplo.

No âmbito individual dos descritores e mediante análise sucinta nas bases de dados, é apresentado um número considerável de achados, porém com o avançar das etapas do filtro dos dados, há uma redução do quantitativo,



principalmente quando é direcionado para o tema central da pesquisa: violência sexual na infância.

Apesar de ser um assunto proeminente e de destaque negativo para toda a sociedade, ainda se estuda e produz pouco no que discerne sobre a função da CF e a obrigatoriedade das leis para proteção das nossas crianças e punições dos malfeitores. O que se apresenta, na maioria das vezes, são documentos informativos e orientadores dos deveres e ações, e não de clareza para refletir diretamente na extinção desse fato tão hediondo e libidinoso.

O resultado da pesquisa está, intrinsecamente, ligado ao interesse da sociedade, profissionais e órgãos responsáveis, o qual não é muito satisfatório, mas recai sobre os assuntos que são mais específicos a tomada de decisões dentro das pesquisas que envolvem a prática da violência contra crianças,

Por fim, pode-se sim concluir a necessidade do estudo, divulgação e cumprimento das leis e medidas protetivas direcionadas a criança.

## 6. Referências

ANDRADE, LBP. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books

AZAMBUJA, M.R.F; Violência sexual intrafamiliar é possível proteger a criança? Revista Virtual Textos e Contextos, nº 5, 2006.

Andrade, Eduardo Tonole, Rita de Cássia Duarte Lima, and Maria Angélica Carvalho Andrade. "Implementação de políticas públicas: metodologia de análise sob o enfoque da política institucional." Saúde em Debate 39 (2010): 283-297.

Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J. R. C., & Vieira, S. R. (2009). Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas de pesquisa. DOBKE, V.; Abuso Sexual: a inquirição das crianças, uma abordagem interdisciplinar. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

MARTINS C.B.G, JORGE M.H.P. Desfecho dos casos de violência contra crianças e adolescentes no poder judiciário. *Acta Pau Enferm* 2009; 22(6):800-807.

GABEL, M.; **Crianças vítimas de abuso sexual**. Traduzido por Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997.

PLATT, V.B. et al. **Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências**. Ciência. Saúde coletiva vol.23 nº. 4 Rio de Janeiro Apr: 2018.

MARGARET, O.S.C.L. et al. **Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta**. Texto e contexto. enferm. Vol. 26 nº 3. Florianópolis, 2017.

# VII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA – XXV

## Semana

### de Iniciação Científica da URCA e VIII Semana de Extensão da URCA

12 a 16 de dezembro de 2022

Tema: “DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, INDEPENDÊNCIA E SOBERANIA NACIONAL”



Ribeiro MA, Ferriani MGC, Reis JN. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cad Saúde Pública*. 2004;20(2):456-64

Santos ÉO, Souza VFHG, Pontes GCL, Leão LFSR, Carvalho PP. Violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia de COVID-19: dados do ano de 2020 em um serviço de referência no Estado do Pará. *Resid Pediatr*. 2022;12(1):1-6 DOI: 10.25060/residpediatr-2022.v12n1-805

Melo, Cristiane Magalhães de, Soares, Marcela Quaresma e Bevilacqua, Paula Dias. Violência sexual: avaliação dos casos e da atenção às mulheres em unidades de saúde especializadas e não especializadas. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2022, v. 27, n. 09 [Acessado 21 Novembro 2022], pp. 3715-3728. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-8123202279.07242022>>